

# A Técnica da Açudagem como resolução das Secas na Década de 1950<sup>1</sup>

## **Everaldo de Oliveira Silva**

Graduação em História

Universidade do Estado do Rio grande do Norte

## **Eloyza Tolentino Soares**

Graduação em História

Universidade do Estado do Rio grande do Norte

O presente trabalho se debruça na tentativa de compreender o discurso propagado pelos políticos e intelectuais acerca da técnica da açudagem (construção de grandes reservatórios d'água) esta que era utilizada como panaceia da resolução das secas nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Propõe-se estudar os meios desenvolvidos para conter os efeitos confluentes das secas, privilegiando-se de um lado a açudagem e do outro o discurso político de sua utilização. Essas estruturas - grandes depositários d'água - são importantes para o sertanejo em dimensão para além da economia, pois passa a caracterizar também um novo espaço de identidade. Além disso, os projetos de construção de açudes proporcionaram instrumentos de barganha política, como eleição de figuras ligadas aos açudes e garantia de recursos do governo para as regiões beneficiadas. Compreender a técnica da açudagem e a trama política envolvida em sua execução se faz necessário à pluralidade de interesses, narrativas, personagens e impasses à construção dessas obras.

**Palavras chave:** Secas. Discurso Político. Açudagem.

## **Introdução**

O contato com o vasto acervo da Fundação Vingt-Un Rosado possibilitou um enorme leque de fontes de pesquisa. Em meio a dezenas de livros, cartas e documentos, várias inquietações foram despertadas. Havia algo, porém, que chamava atenção: a coleção de títulos sobre secas, a maior do Brasil, porém como foi dito, tanto a bibliografia sobre as secas quanto as possibilidades de pesquisa são vastas. Dessa nos reportemos especificamente sobre um tema pouco explorado, mas de grande valia, a açudagem, objeto das nossas reflexões neste texto.

Por que estudar a açudagem? E qual sua relação entre políticos, sertanejos e intelectuais? É preciso pensar que, durante muito tempo, desde o império, se pensava em uma maneira de resolver ou diminuir os efeitos causados pelas secas, problema que desde mesmo o império até a república, tornava difícil a vida dos administrados públicos, tanto em esfera municipal, como na esfera estadual e federação, e muito mais, dos nordestinos que ali viviam.

Este trabalho volta-se para à discussão abrindo possibilidades de reflexão à perspectiva da açudagem e sua utilização como programa de governo e forma mais imponente de resolução dos problemas sociais no nordeste brasileiro, entendendo que

essa técnica proporcionou a formação de imagens de autoridades e garantiu barganhas políticas à região. Assim como foi objeto de discurso de intelectuais, seguindo um pensamento positivista de progresso da nação. Não é fácil de responder tais inquietações, pois é vasta a discussão do pensar e repensar.

A política da açudagem viabilizou barganhas políticas, sobre tudo em campanhas eleitorais, construindo no imaginário popular imagens de homens que lutavam pela solução de problemas de seus conterrâneos. Políticos que se apoderaram de pensamentos de intelectuais acerca das causas e soluções para as secas, cujos, argumentos, muitas vezes eram associados ao de técnicos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS - que eram deslocados para estudar a região e que viabilizavam a açudagem como forma mais significativa de solucionar o problema dos flagelados.

Lembremos alguns problemas ocasionados pelas secas na tentativa de elencar possíveis discussões sobre a política da açudagem: Primeiro: Fome, causada pela pouca ou mesmo falta de pluviosidade; Segundo: Morte, devido à falta de alimento e a baixa imunidade do organismo pela fraqueza proporcionada pela mesma; Terceiro: Falta de empregos para a população sertaneja, consequência da ausência de chuvas, que deixava muita gente desocupada em termos produtivos, aglomerando-se e vendo seu fim já próximo; Quarto: A migração, acarretada pela falta de emprego e pela busca da vida, o que não é empregado a todos, já que muitos não tinham mais forças para sair de onde estavam, ou ficavam pelo caminho, já pela ausência de forças para continuar seguindo em frente, pois percorriam longos trajetos até chegarem a alguma vila que pudesse lhes oferecer algo, causando transtornos tanto às vilas, como aos seus governantes, já que não encontrando quem lhes proporcionasse esmolas, saqueavam para não morrer de fome. Famílias, muitas vezes, se prestavam a essa fuga pela busca da vida; Quinto: Perda de animais, que morriam de fome e de sede pelas terras ressecadas e sem alimento. <sup>2</sup>

Elencados tais pontos, surge à inquietação: Qual o discurso utilizado por autoridades que construíram suas próprias imagens políticas e como estes discursos possibilitaram barganhas por meio da açudagem? E como se deu a construção desse discurso até seu ápice, com a realização das obras? Por meio da documentação da Coleção Mossoroense, pudemos compor este trabalho que se propõe a entender como se efetivaram essas construções de imagens, tanto locais como regionais, e a construção

desse discurso, tomando como referência à política da açudagem nos Estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

### **A política da açudagem como resolução das secas**

A técnica da açudagem era pensada desde o Brasil Império, como sendo uma maneira de resolução do problema das secas no Nordeste. É preciso lembrar que a seca é problema que já ocorrera desde antes do descobrimento, ocasionado por um fenômeno físico e geográfico que interfere na distribuição das chuvas dentro do espaço compreendido como polígono das secas.<sup>3</sup>

Segundo Aziz Nacib Ab'Sáber:

Os atributos que dão similitude às regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones. (AB'SABER, 1999, pág. 7)

A açudagem surgia como uma forma de contenção d'água para que fosse possível resolver problemas ocasionados durante o tempo ocioso sem chuvas proporcionando, assim, água para beber, dar aos animais, irrigação, produção de peixes, entre outras, como afirmou o eng.º Vinícius Berredo, em fevereiro de 1950:

O açude nas condições especiais de clima do Nordeste e na plenitude de suas funções intrínsecas, é aguado, para alimentação do homem e dos rebanhos; é campo de pesca; é centro de produção agrícola, nas vazantes; é reservatório de acumulação de água para irrigação sistemática; é obra de regularização de regime, de defesa contra as cheias; é fonte potencial de energia. (BÉRREDO, 1950, pág. 54)

A açudagem não era apenas uma técnica de acúmulo d'água, mas também tinha outras serventias tais como: favorecer a produção de energia elétrica, dar subsistência à produção de alimentos e também na contenção de enchentes, que ocorriam ocasionalmente no Nordeste, que traziam transtornos aos sertanejos, como afirmou o professor Benedito Vasconcelos Mendes "Além das cheias periódicas, a região está sujeita a súbitas e violentas cheias dos rios, que invadem cidades e povoados e destroem plantações, em extensas áreas, localizadas nas margens dos cursos d'água". (MENDES, 2003, pág.26)

O professor Benedito Vasconcelos Mendes comentou a respeito da açudagem presente de maneira pertinente no cotidiano, quando se adentra ao interior, se percebe que essa técnica ainda persiste, porém, sem um controle técnico, em tempos de invernos rigorosos acabam por se tornarem preocupantes:

Os açudes quando bem dimensionados e construídos, são a principal arma contra inundações; porém, quando construídos sem a adequada compactação e sem o devido planejamento técnico, como normalmente é feito para aproveitar às Improvisadas “frentes de trabalho”, nos períodos de seca, produzem efeito contrário, o arrombamento de um açude tem ação cumulativa ao longo do rio, provocando arrombamentos sucessivos de outras barragens. (MENDES, 2003, pág.27)

Os açudes propiciaram ainda além da manutenção de água no polígono das secas, frentes de trabalho, pois com a seca não se podia plantar grãos pela falta de água, afetando na produção de alimentos, propiciando, no entanto, acomodação para aqueles flagelados que, sem reservas de alimentos viam como alternativa de salvar suas vidas o refúgio em cidades “menos” afetadas com tais problemas, esses sertanejos passavam, no entanto, a ser o problema, pois, saqueavam produtos para resistirem e garantirem por mais algum tempo suas vidas. Com essa investida dos retirantes, se via na açudagem uma maneira de resolver o problema que afligia comerciantes e políticos locais, esses últimos, viam no governo federal a única maneira de resolverem a situação.

Neste momento é preciso pensar nessas frentes de trabalho como forma de resistência aos efeitos contundentes das secas sobre os sertanejos, que tinham nas ações do DNOCS - chamado inicialmente de IOCS, depois IFOCS - um meio de socorro, proveniente do governo federal. Essas frentes de trabalho eram uma forma de contenção do sertanejo em sua localidade, evitando assim, as migrações em excesso, que provocavam grandes transtornos.

As migrações foram pertinentes e expressivas, como podemos observar na fala de Thomaz Pompeu Sobrinho, ao falar da seca por volta de 1915:

O primeiro contingente de famintos veio de Iguatu num trem da estrada de ferro de Baturité, e trazia já emigrantes dos sertões paraibanos. Chegou a esta Capital em dias de maio; mas, já nos subúrbios se achavam numerosos retirantes chegados a pé do oeste do Estado e dos municípios vizinhos ou mais próximos até mesmo do Rio Grande do Norte e da região do baixo Jaguaribe. (SOBRINHO, 1982, pág. 24)

Ele continua na página seguinte:

Desde o dia imediato ao da chegada daquele primeiro trem de famintos, a cidade se encheu de pedintes, sobretudo de mulheres trazendo ao colo os filhos pequeninos, e os de ano a dois, sujos, nus ou maltrapilhos, com os ventres entumecidos, escanchados no quarto, ainda mais sujas e desgrenhadas, descompostas, com os estigmas da fome e dos maltratos (sic)<sup>4</sup> estampados nas

faces macilentas, nos seios murchos e nos braços descarnados. [...] A caridade pública individual viu-se explorada até as últimas possibilidades. Como recrudescimento do flagelo e a notícia de que o Governo amparava liberalmente os retirantes que chegavam à Capital, o número dos ádvenas crescera tanto que o vasto abrigo do alagadiço, então denominado “Campo de Concentração”, tornara-se insuficiente, apesar de comportar cerca de 8 a 9 mil almas. Nestas condições, sem trabalhos públicos no sertão, ia num crescendo indefinido a massa dos retirantes que alcançava Fortaleza. Então, como não havia outro remédio mais consentâneo para tal grande mal, tratou-se de fomentar a emigração para fora do Estado, especialmente para os seringais da Amazônia, carentes de braços. Ali, porém, o impaludismo e o beribéri completavam a obra de destruição das miseráveis vítimas da sêca, escapas à fome, às febres tíficas e disentéricas no abrigo do alagadiço ou alhures aboletados nos subúrbios da cidade. (SOBRINHO, 1982, pág. 25-26)

Estes primeiros elementos discursivos se incrementam, já que, em virtude da onda migratória, foi necessário criar frentes de trabalho para que não houvesse problemas em outras cidades, como as capitais e cidades prósperas que recebiam esse contingente que procurava refúgio e abrigo. Como diz Felipe Guerra em 1926 “Quando uma região sofre crise que lhe estanca fontes produtoras de trabalho, é presa da miséria e da desorganização de sua economia e vida social”. Era aquele o momento dos chefes locais resolverem a situação daquele povo que não tinha para onde ir tampouco, o que comer, bem como de comerciantes que se sentiam ameaçados. Os políticos locais encontravam na açudagem uma forma de trabalho para sustentar aquele povo e mantê-lo ocupado, o que era mais importante naquele momento, na tentativa de evitar pilhagens e saques nos estabelecimentos comerciais.

Eram essas frentes de trabalho, mais que uma forma de manutenção da vida desses víveres, era também uma solução para mantê-los em seus locais de origem, sejam eles fazendas, pequenas vilas ou mesmo pequenas cidades. Aqueles flagelados que buscavam sobrevivência a qualquer custo, levando o surgimento de problemas ligados aos deslocamentos ocasionados devido à migração, que acabaram resultando em prejuízos para comerciantes e desgaste da imagem para alguns políticos que administravam os referidos centros de procura desses flagelados. E Já nos últimos meses do ano, eram iniciadas as novas obras públicas na intenção de minimizar as possíveis revelias que pudessem ocorrer por parte dos flagelados, ao passo que absorveram boa parte dos sertanejos que se viam forçados a abandonar as suas moradas pela sequidão causada pela seca impiedosa.

Essas ações constituíam-se como jogadas políticas para evitar conturbações ainda maiores, já que os retirantes levavam consigo seus familiares e o desespero por algo para comer, beber e continuarem a viver. Nas frentes de trabalho se encontravam medidas parciais para conter ações de vandalismo e saques, essas frentes de trabalho que garantiam a permanência desses víveres em seus locais de origem ou mesmo

diminuíam o círculo migratório ocasionado pelas secas. Não eram mais que medidas estratégicas utilizadas como viés de solução do problema.

Porém, a partir da açudagem, também se pensou a construção de estradas de rodagem como forma de interligar centros comerciais e estratégicos de acomodação do povo, bem como frentes de trabalho na construção dessas estradas e possibilitar uma melhor estrutura para a construção de tais empreendimentos políticos e sociais:

Nesse interim a atividade rodoviária da Inspetoria, relativamente sem importância até 1919, culminam em ligação com construções iniciadas das grandes barragens, no período de 1920 a 1924, quando, paralisadas quase todas as grandes obras hidráulicas, o foram também os serviços de estradas de rodagem. (BÉRREDO, 1950, pág. 47)

A açudagem passava a proporcionar um desenvolvimento da região, esforços constantes na tentativa de conter ou minimizar as ocorrências desencadeadas pelas secas. A técnica da açudagem possibilitaria outros investimentos, o que levava, direta ou indiretamente, a um tipo de progresso do lugar, originando um novo discurso e propiciando o destaque de nomes responsáveis por estarem à frente destes empreendimentos, ganhando assim, o prestígio do povo, que via as obras e que nelas estavam inseridas como mão de obra, como a maior demonstração de preocupação daquelas autoridades, para com eles.

É preciso pensar que o discurso proferido a respeito da solução das secas, diretamente ou indiretamente, ligado à política de suas regiões, não era construído apenas por políticos, mas também, chega a ser proferido por intelectuais que citam a açudagem como forma de resolução dos problemas nordestinos. Os intelectuais são elementos importantes dentro deste cenário discursivo, merecendo um olhar cuidadoso, pois a partir de relatos e observações propostas como soluções aparentes dos problemas decorrentes das secas, se estabelece formação de um novo discurso proferido e que vem carregado de particularidades, pois muitas vezes eram também estes intelectuais pessoas políticas com ligações a partidos.

A participação de intelectuais neste processo é fruto de uma expansão literária proveniente ainda de fins do século XIX, com uma perspectiva de criar identidades para a nação que se constituía num espírito positivista após embarcar no republicanismo, onde era preciso constituir então, um caráter nacionalista que identificasse cada povo, e cada região do país. E os intelectuais tinham a função de escrever e caracterizar o Brasil em suas particularidades e em toda a sua pluralidade como traz em sua narrativa a professora Ivone Cordeiro Barbosa:

É na descrição das paisagens, da fauna e da flora, das habitações, dos homens com seus aspectos físicos, seus costumes, práticas de trabalho e sociabilidade, em fim, nas suas manifestações culturais, que se vai construindo a diferenciação no interior do espaço sertanejo, mesmo quando a experiência histórica de ocupação desse espaço tenha tido como elemento comum a criação de gado que, unificando as áreas geográficas bastante diferenciadas, criou o que genericamente se chamou e se consagrou como “a época do couro”, conforme afirmava Capistrano de Abreu. O esquadramento e a preocupação investigativa dos quais se imbuíu a literatura busca essas diferenciações e com elas cria espaços sertanejos diferenciados. É nessa perspectiva que se entende o intenso movimento intelectual que se registrou em Fortaleza, nas últimas décadas do século passado, envolvendo os setores médios da sociedade cearense. Referindo-se a esses setores médios, Barreira cita Silvio Romero para falar da configuração social do intelectual brasileiro – quem escreve e quem lê – como sendo “Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessas classes. É a regra geral”. No entanto, apesar do restrito grupo que escreve e lê, José Veríssimo não deixa de registrar um intensivo movimento intelectual e dizer que “depois do Rio, é o Ceará a terra do Brasil onde é menos apagada a vida literária”. (BARBOSA, 2000, Pág. 43).

Intelectuais, ao se reportarem sobre o Nordeste, afirmavam a técnica da açudagem como meio de resolver os transtornos do povo que compõe o Nordeste do Brasil, indo em meio ao construtivismo de nação, eram ouvidos pelos seus discursos, eram homens que em meio à observação construíam falas que davam originalidade ao grande açude como meio de salvação dos sertanejos, e mesmo alcançando uma classe pequena de leitores, não era problema construir e defender esses discursos, pois interessava que o governo federal se comovesse e ajudasse o povo do sertão brasileiro, esses relatos dos intelectuais, atribuíam-se dos males que afligiam o sertanejo, levando-o até o espaço urbano causando desordem, como sendo causa das secas, mas que tinham solução, esta que todos sabiam qual era, e que só precisava por em prática.

O discurso foi reelaborado dando lugar ao da construção de um novo espaço geográfico, um novo Nordeste, se é que assim podemos dizer, já que traz intrínseco em si, a perspectiva de renovação de um lugar e de proporção de mudanças que acarretarão uma ajuda enorme tanto para a região como para seu povo, possibilitando assim, contribuição para o país e não apenas a dependência, como muito estava sendo estabelecida. A região passa a ter uma nova participação na história da nação, e esse discurso não surge por acaso, vem por trás dele um leque de interesses, como nos possibilita pensar, a professora Ivone Cordeiro Barbosa:

A palavra sertão guarda um enorme poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos que em torno dela foram sendo construídos ao longo da experiência histórica brasileira. Além de referir-se a um determinado espaço geográfico – o interior, as terras distantes do litoral, sendo esta, provavelmente sua articulação mais imediata e linear -, é no seu conteúdo cultural, ao designar um determinado espaço como lugar de tradições e costumes antigos, enfim, naquilo que é concernente às experiências históricas vividas nesse espaço, que a força simbólica do sertão mais se faz sentir. (BARBOSA, 2000, Pág. 33).

Ivone Cordeiro Barbosa continua:

O espaço, por sua vez, designa um “cruzamento de móveis”, pois o que o constrói é o percurso, isto é, “o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou proximidades contratuais”. Nesse sentido, a noção de espaço remete à dimensão das relações entre os homens, pressupondo tensões e conflitos tanto quanto consensos, como resultante das experiências humanas, não somente como ações, mas também como interpretações construídas sobre elas. (BARBOSA, 2000, Pág. 34).

Há, portanto uma constituição de um novo lugar que perpassa por mudanças, o que lhe proporciona um novo olhar, o espaço habitado pelo sertanejo, necessita da atenção das autoridades, não estaduais, mas também, do governo federal. O discurso é reelaborado e assim como a palavra Sertão que ganha significados carregados no passar dos tempos:

Pode-se perceber, assim, que desde a sua concepção mais antiga, sertão é uma palavra que carrega um profundo sentido político, pois, apesar de toda a diversidade de referenciais em que se apoia, tem seu significado sempre referido a uma centralidade, que pode parecer geográfica e especial, mas na verdade é política. (BARBOSA, 2000, Pág. 35)

Sertão assim ganhava novas acepções, com ênfase no retirante, mas que passa a favorecer a interesses particulares, antes de atender a um povo sofrido pelos castigos das secas, e é esse povo o centro das atenções, pois são eles (os sertanejos) que proporcionam a garantia das eleições, principalmente postados em seus lugares nas suas regiões e possibilitando ainda a vinda de recursos e em grandes dimensões, o que favorece a seus representantes de forma direta e indireta para garantir o cargo eletivo em novas eleições. Percebe-se que pensando na elaboração de um novo discurso, se tem uma apropriação da fala discursiva de intelectuais que darão subsistência a estes políticos, até por que Sertão é carregado de sentidos políticos.

Assim como o Nordeste, criado na perspectiva de Durval Muniz com suas particularidades imbuídas nos seus discursos quando afirma que:

O discurso regionalista não é emitido, a partir de uma região objetivamente exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. Ela é parte da topografia do discurso, de sua instituição. (MUNIZ, 2011, pág.34)

São elaborados também esses discursos intencionais que criavam a perspectiva de formação de um espaço novo, onde aquele Nordeste tão sofrido e sem perspectivas encontrava agora, possibilidades de evoluir e que seu povo não temia a vida que lhes era oferecida, mas que não mereciam aquela situação até então lhes reservada,



sendo repleta de hostilidade. A respeito da intencionalidade do discurso diz Ivone Cordeiro Barbosa:

Intencionalmente, indiferencio discursos para enfatizar o quanto o imaginário criadora e o discurso técnico-científico fruto da observação empírica e, portanto, “racional”, descrevem e manifestam sentimentos de exaltação e surpresa diante da paisagem sertaneja. Se me reporto a estes diferentes discursos para falar do processo de produção do espaço sertanejo é para lembrar com Sússekind que a inclusão do sertão no espaço nacional exigiu um esforço de construção laboriosa para criar uma unidade para uma realidade que se apresentava fraturada em profundas divisões e diferenças sociais, econômicas e políticas entre as classes e entre os diferentes espaços territoriais (regiões) brasileiros. Nessa mesma perspectiva, referindo-se aos que buscam uma identidade essencial e sem rachaduras, afirma que o equívoco destes é permanecerem presos a uma “miragem originária” e a uma pretensa “substancia natural” para configurar uma imagem sobre a nação. (BARBOSA, 2000, Pág. 46).

A participação do intelectual é indispensável dentro da concepção do discurso da açudagem, sendo base de fomento a políticos que se apoiam nestas produções de conhecimento para desta construir argumentos junto ao governo federal, buscando iniciativas de ajuda em forma de investimentos para o Nordeste, possibilitando que a região viesse a crescer com suas riquezas naturais, deixando de ser apenas um lugar de problemas e de despesa para a união, perpassando de um estágio de receptor de verbas apenas, para um lugar próspero que pudesse vir a contribuir com a nação, no entanto, se assim o quiser o governo, bastaria uma política de investimentos direcionados, até mesmo os próprios engenheiros do DNOCS chegavam a afirmar a açudagem como forma de resolução daquelas aflições sociais.

A construção do país naquele momento não se daria apenas por medidas materiais, mas pelo construtivismo empírico do conhecimento dos diversos lugares que compunham o país, absorvendo a pluralidade que caracterizava o Brasil. Era assim a participação intelectual uma base de sustento não só de uma nação, mas de componentes territoriais desta:

É significativo que “construir a nação” seja uma tarefa também do “conhecimento”. Este, além de ser colocado como forma de produção de uma “cultura própria”, e o que vai permitir uma exploração e apropriação não só das riquezas do território que compunha à nação brasileira, mas será, também, o suporte fundamental para a criação de um “amor à pátria”. Vê-se assim que existe uma consciência de que as campanhas militares comandadas por Caxias para a unificação do país não são suficientes, por si sós, para a construção da Nação. A exigência é de caráter mais amplo, implicando construção política, territorial e simbólica da nação brasileira. (BARBOSA, 2000, Pág. 49).

Sendo assim, nos apropriando da fala da professora Ivone, podemos elaborar uma associação entre a açudagem e entre políticos, além de entender ainda a participação de intelectuais na política da referida técnica, como personagens de grande

importância, até mesmo por participarem da política local em muitos casos de maneira direta, como foi o caso do Eloy de Souza no Rio Grande do Norte e do Thomaz Pompeu Sobrinho No Ceará, para citar como exemplos, e que se apropriando de um ideário de nação, passaram a construir argumentos de desenvolvimento de suas regiões, tomando como base o discurso de crescimento do país, elaboraram, para o povo nordestino, seus discursos de salvação frente a seca, tendo por meio da açudagem a resolução de seus problemas e como medida de desenvolvimento do lugar. Nos lembra a professora Ivone Cordeiro Barbosa:

Esta vinculação entre sertão e nação foi (e de uma certa maneira tem sido constantemente reatualizada) uma recorrência do pensamento ilustrado brasileiro desde o século passado e permaneceu muito viva ainda neste século. Um exemplo interessante dessa perspectiva é apontada pelos estudos de Maciel sobre os trabalhos da Comissão Rondon nas três primeiras décadas do século XX, cujas expedições para a construção de linhas telegráficas em direção ao extremo noroeste do Brasil no início do século tinha como objetivo desbravar, conquistar e incorporar, em fim, “amansar o sertão”, integrando-o ao território brasileiro, como esforço de construção da nação brasileira, agora dentro do ideal positivista de esforço de construção da nação brasileira, agora dentro do ideal positivista de nação republicana. A conquista progressiva do território é um processo que permanece como parte do ideário nacionalista no presente. (BARBOSA, 2000, Pág. 49).

Ao aliar-se o espaço Nordeste ao Brasil como um todo que se complementa, se elabora um discurso positivista de progresso conjunto, onde para que a nação cresça é preciso que suas regiões também acompanhem tal façanha, para isso era preciso que uma nova política fosse instalada na região nordestina. Seria então uma relação de troca, onde os sertanejos tinham seus problemas solucionados no que diz respeito às secas e o país ganharia em troca o desenvolvimento tão cogitado pelos políticos locais, bem como os da capital federal e mesmo por ser este desejo de crescimento econômico, a aspiração da nação como um todo.

Para Muniz:

O espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes. Além disso, devemos tomar as relações políticas e os discursos sobre o espaço como o discurso da política dos espaços, resgatando para a política e para a história, o que nos aparece como natural, como nossas fronteiras espaciais, nossas regiões. (MUNIZ, 2011, pág. 35)

O resgate político seria o do desenvolvimento de uma região que até então se prestava a favores do governo federal, pelo fato de ser uma área castigada por secas impiedosas, que a assolam de maneira que a limita. O discurso volta-se a possibilidade de renovação, de crescimento, como já afirmavam há muito tempo os intelectuais e técnicos que ali chegaram, na tentativa de estudar a região para assim descobrir como

resolver aquelas dificuldades, e numa destas falas técnicas o eng.º Vinicius Berredo afirma que:

O açude nas condições especiais de clima do Nordeste e na plenitude de suas funções intrínsecas, é aguado, para alimentação do homem e dos rebanhos; é campo de pesca; é centro de produção agrícola, nas vazantes; é reservatório de acumulação de água para irrigação sistemática; é obra de regularização de regime, de defesa contra as cheias; é fonte potencial de energia". (BÉRREDO, 1950, pág. 54)

Esse discurso reforça ainda mais o que políticos já se empenhavam em defender, que o Nordeste precisava de incentivo, era preciso crescer para que seu povo pudesse trabalhar, para tanto era preciso "incentivos fiscais" que proporcionassem um investimento em novas obras que apoiadas a açudagem fariam da terra e dos nordestinos reflexo do progresso e do fim da dependência que até então se fizera. Já afirmara Felipe Guerra:

Não é possível suprir o solo com água para irrigação, se não se dispuser deste elemento. Urge, pois, que haja água, para seu fornecimento, sempre que necessário. Faz-se preciso que o Nordeste seco tenha água disponível para suas necessidades, que, aliás, não se apresentam somente durante as secas. A vida normal da região reclama igualmente esse suprimento. Passados os quatro meses de "inverno", só as terras naturalmente úmidas, como o leito dos rios, lagoas, etc., podem oferecer capacidade para produzir. Necessário é, portanto, que o trabalho do homem transforme terras ressequidas em terras aptas a produção, fornecendo-lhes a necessária irrigação. Para o Nordeste, o meio mais fácil, mais simples, para a consecução desse suprimento, tão essencial a sua economia, é o açude, e a açudagem. O açude é um prolongamento do inverno, nos anos normais; é um "inverno", nas crises das secas. (GUERRA, 1989, pág. 93)

A afirmação do açude como forma de resolução dos problemas causados pelas secas não se dava só por intelectuais, mas por políticos, pelo povo e agora os próprios técnicos do DNOCS também passavam a defender como de extrema importância a técnica dos depositários já ao analisarem a região caíram na observância que o problema maior era a falta de água para aquele povo sertanejo. Este discurso da açudagem tornava-se então forte e insistente e vale ressaltar ainda que não só favorecia aos políticos que almejavam as vindas das verbas, mas também as elites locais, já que não eram apenas os sertanejos menos abastados que sofriam com as causas advindas com as secas, mas também os mais ricos sentiam de perto o ardor dos problemas do Nordeste seco, como ressalta o Eng.º Flávio Vieira no ano de 1951:

Ao entrar no mês de dezembro de um ano seco, tudo acha-se esgotado, cansado, depauperado. As águas que não forem drenadas estão evaporadas (convém não esquecer que, em dezembro de um ano seco, o Sertão está com dezoito meses sem chuva). A população pobre já principia morrer de fome; as moléstias tomam conta do organismo; as economias foram arrebatadas para os mercados

produtores. Se aparece, então, o início da boa estação, volta a esperança, tudo se reanima; principia aparecer trabalho para o operário de lavoura; e embora os sofrimentos e a penúria prolonguem-se até as primeiras colheitas, a vida vai pouco a pouco, normalizando-se. Não vindo, porém, no tempo esperado, as desejadas chuvas, entra o segundo ano de seca. É então fatal o que há de acontecer. A população, em massa - na razão direta da zona flagelada- foge, dispara dos seus lares, sem destino certo, em procura dos portos, onde também não encontra recursos. A emigração se estabelece. E a fome, as epidemias dizimam esses infelizes. No segundo ano, a classe média passará a sofrer o que o proletário havia experimentado primeiro; e seguindo-se um terceiro ano de crise será também vitimada, como fora esta última classe, já extinta. (VIEIRA, 1985, pág. 9)

Subtende-se que os interesses na resolução dos problemas das secas não era de interesse apenas dos sertanejos pobres, ou de intelectuais que se debruçavam em ressaltar a açudagem como forma de contenção destes problemas, mas era também de interesse das elites que perdiam com as secas, já que seu gado morria, perdiam mão de obra, gastavam suas fortunas, muitas vezes tinham de se desfazer de suas terras etc.

Não era interessante para as elites locais abandonarem seu lugar, pois ao se encontrarem nos resguardos de uma nova estadia, não tinham, muitas vezes, dependendo da fortuna que podiam levar consigo o mesmo status, o mesmo conforto de antes, até porque deixavam para trás suas terras ou mesmo as vendiam a preços baixos, e muitos componentes dessas elites eram aliados a políticos de renome, sem contar que as secas provocavam as migrações, que representavam perda da mão de obra camponesa para outros lugares desfavorecendo a fazendeiros como ocorreu durante o ciclo da borracha na Amazônia, e para diversas atividades econômicas no Sudeste do país.

Caracterizava-se com a perspectiva da açudagem um novo rótulo para o Nordeste, a economia seria beneficiada com essa técnica, ocupação para os sertanejos em períodos de secas prolongadas não faltaria com as frentes de trabalho que seriam arregimentadas e criadas com pretensões de assegurar no seu lugar de origem o sertanejo, sem contar que estava se consubstanciando uma nova identidade econômica que, a partir de agora, favorecia a homens que estavam à frente de uma região, indivíduos que passavam a se fortalecer politicamente construindo no imaginário do povo suas imagens de bons homens, salvadores, conquistando assim a confiança e seus votos nas eleições.

A açudagem não beneficiaria apenas os retirantes e flagelados, mas a uma parte da elite que não detinha fomentos para utilização da técnica da açudagem, para então dar manutenção aos seus bens. Os políticos não interagiam na política da açudagem apenas por meio dos discursos, eles iam mais além, procuravam assumir postos dentro das comissões das secas, pelos quais tramitariam documentos a favor da

instalação de açudes, e naquele momento se fazia então entre políticos uma troca de favores pelo benefício dos açudes. Já que poderiam direcionar as obras, pela facilidade dos cargos ocupados no departamento de obras contra as secas. Sem contar na elevação de suas imagens frente ao povo aparecendo como benfeitores da água e da vida no sertão nordestino. A burocracia servia ainda como uma forma de pressionar autoridades em busca de apoio político garantindo alianças para futuras eleições, sendo assim, na hora de aprovar seus projetos não haveria retardos para a construção destes e mesmo onde “postá-los”. Quem faz uma afirmação sobre a burocracia das secas é Thomaz Pompeu Sobrinho que enfatizou:

Não tardou que uma asfixiante burocracia e injunções de caráter eleitoral exercessem as suas nocivas influências sobre as atividades da repartição, concorrendo acentuadamente no sentido de restringir as suas operações reduzidas quase somente à construção de açudes públicos ou particulares. As secas intercorrentes (1915-1919) contribuíram ainda mais para este fim, com a maior interferência dos chefes políticos, cada vez mais profundas nos trabalhos, serviços e deliberações. (SOBRINHO, 1982, pág.84)

Naquele momento era preciso entender que não se fazia apenas uma defesa da referida técnica de depositários d'água, mas começava a se constituir uma trama política que buscava tirar proveito da situação de seus conterrâneos, utilizando para tanto esta arma tão importante e poderosa, seus cargos que quando aliados aos seus discursos eram ferramentas importantes de construção de suas imagéticas e do imaginário popular.

Citando mais uma participação de ações políticas e que influíram no processo da implantação da açudagem, sendo desprezioso o uso de tais depositários e inevitavelmente a busca por satisfação particular ante a de um povo que agonizava pelas terras ressequidas do sertão nordestino. Diz o senador, do Rio Grande do Norte Joaquim Inácio, em um pronunciamento àquela casa, no ano de 1935:

Uma outra causa de desorientação que reinou durante muito tempo nos serviços do Nordeste, constitui a interferência pessoal dos particulares e dos representantes do poder público local, estadual ou municipal, na escolha dos pontos em que deveriam ser construídos os açudes. Eu me explicarei melhormente. Os particulares por meio de representações, os prefeitos locais atuando, por sua vez, pelos meios regulares que lhes ofereciam, exigindo serviços determinados para os seus municípios – julgavam, cada qual para a sua terra, que esta é que oferecia os melhores e mais vantajosos lugares para a construção dos açudes. E na competição quase sempre critério da influencia política predominava na decisão. Ora, não é possível deixar a deliberação de assuntos técnicos ao sabor da movediça influencia política partidária. (FILHO, 1982, pág. 31)

Foi marcante e determinante por muito tempo a influência política dentro das tramitações do processo da açudagem, como fator de característica de proveitos próprios, a ação de políticos representantes do povo desta maneira, se fazia como um propulsor de

formação de imagem, onde levando para seu lugar tal empreendimento se podia alavancar a produção que se pudesse extrair por meio da açudagem bem como garantir trabalho para seus munícipes e evitar que, os que vinham de outros lugares favorecessem ao mau andamento do cotidiano. Proporcionando ainda aliança a elite local, que também fazia parte do corpo interessado com tais benfeitorias, pois era uma ação de benefícios conjuntos. Esta prática de apoderação do público comum (as obras de açudagem) em favor de poucos perdurou por muito tempo no Nordeste e podemos dizer que ainda perduram, sendo ainda talvez fator de garantia de votos e alianças políticas locais e estaduais, nas busca de manutenção do poder nos seus lugares. Essa relação de poder constituía ferramenta importante dentro de projetos políticos, já que ao apodera-se da conquista do grande reservatório em sua localidade estava por assim dizer solucionados seus problemas, quanto à migração e penúria, sem contar o alto valor de suas propriedades pela aproximação do açude junto a elas ou mesmo ali instaladas de maneira estratégica.

Essa apropriação das obras públicas, por políticos locais, se enquadra no que se pode chamar de clientelismo, já que utilizando do público, procuram conter ou resolver problemas sociais e econômicos, que tanto afligem os sertanejos e que põem em cheque seus governos. É como diz, José Murilo de Carvalho:

As relações clientelísticas dispensam a presença do coronel, pois ele se dá entre o governo ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. (CARVALHO, 1997, pág. 3-4)

Essas relações de poder com o meio social vai marcar o Nordeste, principalmente em períodos próximos da política. A ação desses governantes servia como tática para ganhar votos, ao garantir durante anos de seca, grandes reservatórios de água para suas regiões, e conseqüentemente frentes de trabalho para aqueles sertanejos, que não tinham de onde tirar renda, até que se aproximassem as chuvas que garantiriam sua subsistência por meio da prática da agricultura.

Essa prática de apoderação do público em benefício do privado garantiu a consistência de políticos em seus cargos públicos, enquanto representantes do povo, onde se utilizando dessas obras, como sendo de autoria dos mesmos, conseguiram mexer com o imaginário popular, este que vulnerável não conseguia pensar noutra possibilidade se não a emitida por esses políticos, já que, eram essas frentes de trabalho que davam garantia da vida desses víveres, sendo uma dependência que dava sustento ao clientelismo empregado por essas autoridades, junto a esse público (os sertanejos).

Durval Muniz entende que:

É através das práticas que estes recortes permanecem ou mudam de identidade, que dão lugar a diferença; é nelas que as totalidades se fracionam que as partes não se mostram desde sempre comprometidas com o todo, sendo este todo uma invenção a partir destes fragmentos, no qual o heterogêneo e o contínuo aparecem como homogêneo e contínuo, em que o espaço é um quadro definido por algumas pinceladas. (Muniz, 2011, pág. 35)

A construção do imaginário se faz pertinente com essas práticas, já que, a burocracia da açudagem passa a ter a mão de políticos intrínseca dentro de si, o que favorece ainda mais para originar uma ideia de beneficiadores da solução daquele problema secular, que demonstra agora ter encontrado na açudagem uma solução, que vai ser agora utilizada como um “utensílio” ao abarcamento de votos e garantia de eleições. O paraibano Epitácio Pessoa foi um dos grandes nomes envolvidos com a política da açudagem, oriundo do Nordeste seco, enquanto presidente da República procurou sanar esse problema que afetava diretamente a vida do sertanejo, favorecendo em seu governo a construção de grandes açudes.

O governo do Dr. Epitácio Pessoa (1919/1922) fêz moderar as intervenções indébitas e de seu considerável incremento a construção de açudes. A idéia de que a real solução do problema das secas estava toda ou quase toda inclusa nas obras de açudagem e de irrigação dominou de modo absoluto os diretores dos serviços contra as sêcas; as demais providências caíram a um nível muito baixo, bem inferior ao em que dantes vinha gravitando. (SOBRINHO, 1982, pág. 84)

E o paraibano Epitácio Pessoa não era o único que acreditava na açudagem como a solução desse problema, o senador cearense Alencar Araripe ainda em 1877 para citar mais nomes políticos engajados na luta pela açudagem, em um pronunciamento a câmara federal também era a favor destas engenharias. O mesmo enaltece em seus pronunciamentos: “onde há água, há chuvas: façamos água no Ceará, e ali teremos chuvas; e se tivermos chuvas no Ceará, fugirá a penúria e a sua riqueza assumirá as grandes proporções, que a uberdade do solo e a benignidade do clima lhe prometem”. (ARARIPE, 1887, pág. 24)

No Rio Grande do Norte, falava o Sr. Joaquim Inácio a respeito da ajuda que se estava remetendo ao seu estado:

Eu os vi em massas compactas, computados em dezenas e dezenas, se não por centenas de milhares, aglomerados em redor de um açude em construção, destendidos ao longo de uma rodovia que se abria, empregados nos avançamentos das estradas de ferro de penetração, a Central do Rio Grande do Norte, e a estrada de Mossoró a Souza, no Estado da Paraíba. (INÁCIO, 1935, pág. 18 – 19)

É preciso pensar esta técnica não como mera tentativa de solucionar problemas sociais e econômicos provenientes das secas, mas entendê-la também como viés de ações políticas e de controle social, onde favores eram trocados mediante construções de grandes obras que se fizeram presentes junto à açudagem, já que ao receber um empreendimento que lhes garante permanência em seu lugar, viabilizando sua estadia junto a sua família por meio de trabalho em obras que posteriormente também serviriam para seu próprio socorro, ocupando-os até que a estiagem passasse. O sertanejo é grato por toda a vida aquele sujeito que lhe ajuda, dando trabalho e permitindo que ele não se ausente da sua terra querida.

Estas obras (os açudes) que ainda fazem parte da paisagem nordestina proporcionavam garantia de vidas e trabalho evitando que esses sertanejos migrassem como era o caso da maioria e ficassem sem ocupação nos centros urbanos, juntando-se a alguns retirantes mais exaltados pela demora nos socorros públicos, que existiam pelo meio deles e que, provocavam baderna e incentivavam os outros a práticas como saques, pilhagem, etc. Evitando ainda que desocupados estes viessem mesmo que indiretamente a exercer pressão política pela situação delicada na qual estavam inseridos, já que as práticas realizadas por eles eram entendidas pelas autoridades como tendenciosas, a uma pressão política, exigindo para tanto um olhar cuidadoso.

Como bem lembra o professor, Frederico de Castro Neves parafraseando a pesquisadora Rejane carvalho, ao se reportar a fome como sendo um elemento de preocupação, já que poderiam tomar formas diferentes as reações empreendidas por aqueles sertanejos famintos, elevando assim, a preocupação dos políticos, que tinham de agir da maneira a inibir tais reações impensadas, e que causavam desgaste de suas imagens enquanto administradores públicos.

De fato, a fome é um elemento importante a considerar – e o próprio Thompson o fez – nas ações dos famintos em tempos de secas, “mas a fome não determina que eles devam se rebelar, nem determina as formas de revolta”. [...] “A fome dos trabalhadores, simultaneamente denúncia, crítica e ameaça de explosão social materializada nas constantes invasões. [...] Assim, a conclusão necessária é que o saque “é o pedido de socorro de uma categoria social que se vê ameaçada em sua sobrevivência física”, “é o grito dos excluídos que ecoa mesmo em conjunturas marcadas pela presença de formas institucionalizadas de organizações representativas dos trabalhadores como os sindicatos, sem forças suficientes para se imporem frente as forças de poder dominantes”. (NEVES, 2000, pág. 15-16)

Era por assim dizer, um perigo para as cidades, e para a ordem vigente, as ações impensadas dos retirantes, caracterizando um sinônimo de insegurança, tanto para, as autoridades quanto para, a população local, que se deparava com as notícias



das ações dos retirantes, como cita o professor Frederico de Castro Neves, munindo-se do periódico “O Democrata de 04 de abril de 1958”:

[...] No dia 04 de abril, cerca de “2 milhares de flagelados dirigem-se à Parangaba em busca de alimentos”. O proprietário de uma padaria, assediado pelos retirantes, “entregou todo o estoque que possuía”. A população da localidade estava “intranquã”, mas o jornal assegurou que “nada havia na atitude dos flagelados que denotasse (sic!) a intenção de saquear”. (NEVES, 2000, pág. 12-13)

É preciso pensar também nessas obras, não como ações cativadas e postas em prática por acaso, e que a elaboração de uma nova imagem sobre a região, fora associada na tentativa de efetivar um discurso ímpar, que estivesse atrelado a falas de intelectuais, com a dos técnicos, bem como com a própria herança cultural do represamento que era pensada desde tempos do Império, como um simples discurso de ajuda a um povo determinado. Esse discurso foi um montante que se fez insistente e que, agora consistente na vivência e na afirmação de um todo que entende a açudagem como forma de resolução total de atenuação das grandes proporções dos efeitos contundentes das secas que a muito assolam o nordeste brasileiro contribuindo para depreciação de uma região, que possui potencial de grande valia a ser explorado.

A tática para a obtenção de votos e de barganhas políticas era constituída progressivamente, em meio ao clamor por parte dos sertanejos em busca de soluções para suas aflições, e a partir de ações que partiam dessa angustia. Também a partir, muitas vezes, da participação direta de políticos com sua proximidade com o povo que se retiravam de suas casas ou se viam ameaçados a fuga em busca de empregos, que se construía no imaginário popular, a visão de homens distintos e que não se omitiam diante de seu povo. Algo parecido ocorreu durante a visita do Dr. José Américo naquela ocasião ministro da Viação:

A cidade estava invadida por quase mil homens que, sem pão, ali reclamavam trabalho, pacificamente. S. Ex. Intrometeu-se na multidão e conversou por algum tempo com aqueles rudes homens, que dentro em pouco sabiam que podiam confiar tranquilamente. É que o nosso sertanejo, mais arguto e inteligente do que se pensa, compreendeu logo a diferença. Não se tratava de um administrador que se mobilizasse cloroformizado nestas confortáveis e macias poltronas do Rio de Janeiro S. Ex., em pessoa, parlamentava diretamente com as populações sofredoras, mandando distribuir-lhes, de sua própria bolsa, o necessário para uma refeição naquele dia e anunciando-lhe que no dia imediato estavam todos empregados. Desta conferencia e deste encontro surgiu o açude Itans ora concluído, ou sejam 81 milhões de metros cúbicos d’água represados. (FILHO, 1982, pág. 26 - 27)

Esta passagem nos faz perceber que aliado ao discurso se fazia a presença de autoridades importantes, onde de encontro aos sertanejos se alcançava uma imagem de

bom homem que se preocupa, no entanto, com os clamores do povo, veja só que numa simples atuação política, sua ação faz-se a mexer com o imaginário popular, onde posterior as promessas se fez valer a ação cogitada, dando assim a garantia de emprego tão esperada pelos sertanejos retirantes.

O sertanejo é muito religioso e mantém crenças, faz promessas, se orienta por meio de experiências com animais e com as mudanças do tempo, é devoto de quem o ajuda, jamais negando sua retribuição pelo feito, é ai que, o sertanejo é “fiscado”, acreditando ser aquele homem político o bom homem, e ainda, o melhor representante desse povo, na luta contra as secas e seus males.

### **A técnica da açudagem como barganha política**

É possível afirmar a açudagem como uma jogada de políticos e de uma elite, que por assim dizer buscavam nessa técnica, a apreciação de barganhas políticas, e vantagens pessoais, que aliadas aos discursos de intelectuais, esses, também faziam parte dessa oligarquia em sua maioria, ainda se apoderavam para arregimentar o discurso das açudagem a ação de flagelados que causavam baderna e ofereciam riscos à “sociedade” e a ordem do espaço urbano, devido suas ações na busca destes espaços em prol da sobrevivência, e realizações por sua parte, de depredações, saques entre outras ações, na tentativa de chamar a atenção do poder público, contribuindo ainda para disseminações de doenças, prostituição, furtos, entre outras.

Todo esse cenário que em muito preocupou os políticos e intelectuais que se prontificaram, em tentar resolver essas mazelas da sociedade nordestina, fez efervescer a técnica da açudagem como sendo a melhor maneira de resolver o problema. Sendo ela testada durante as primeiras décadas do séc. XX, oferecendo, no entanto, a melhor solução do problema de fixação da população nos seus lugares de origem e onde para tanto, era importante a ação do governo para realização da mesma.

O próprio Furtado cita a açudagem como uma técnica de permanência da população no campo, nas fazendas que até então, era onde esses sertanejos estavam inseridos, evitando assim a migração e invasão das cidades litorâneas, como as capitais dos estados afetados pelas secas, e suas áreas mais úmidas, bem como garantindo a mão de obra interiorana, para tanto se fazia presente nas investidas obras de curto e longo prazo:

As obras improvisadas para ocupar a população, as medidas de curto prazo têm como principal consequência fixar a população onde ela se encontra. Contribuem,

assim, para que não se interrompa o crescimento da carga demográfica [...]. Ora, quanto maior for o excedente demográfico, maior será o impacto social da sêca. (FURTADO, 1959, pág. 69)

Essas obras de curto e longo prazo tinham a finalidade, de impedir a disseminação dos sertanejos em períodos de secas prolongados para as cidades, em especial, as capitais dos Estados. Servindo como meio de ocupação dos sertanejos durante o tempo ocioso, o que favorecia, na estadia por assim dizer, da mão de obra dos fazendeiros, para quando tiver início o período de chuvas.

Garantia-se ainda, a aproximação do sertanejo de sua família, do lar, do seu lugar de origem, contribuindo para um aumento da população. Este incremento populacional tão importante, e que favorecia a números estatísticos específicos, que em muito agradava as elites, pois, enquanto maior a demanda populacional, mais recursos do governo para se investir ali no socorro aqueles víveres.

Não deixava de existir a intenção do aumento da população, porém este dar-se - ia de forma controlada, evitando superpovoamento e evasão em massa nos anos de seca: mas por que aumento da população se ocorre inúmeros males, quando a seca se estende por longo período, tanto a sociedade urbana por meio da migração, como no meio produtivo, econômico e mesmo de políticas de ajuda a esses, no interior?

Talvez a resposta, que nos satisfaça melhor seja a de que, se fazia necessário o aumento da população, justamente para justificar a atuação do governo no Nordeste, pois, só assim, com a existência dessa população que teria a necessidade de ser assistida e, favorecendo a intersecção do governo naquelas terras, e se, essa não existisse, no que concerne à quantidade que justificasse tal esforço do poder público, como é que o governo iria investir naquela região, favorecendo aos interesses e a garantia de barganhas políticas aquelas autoridades locais, que em meio, a um sistema de clientelismo, faziam suas políticas, com fazendeiros e outras autoridades das cidades de seus respectivos Estados.

É como diz Durval Muniz “Cada discurso regional terá um diagnóstico das causas e das soluções para as distâncias encontradas entre as diferentes áreas do país” (MUNIZ: 2011). Sendo assim, é possível afirmar, que se pensava num aumento da população, como sendo esse aumento um interesse nos votos que poderiam ser proporcionados, dando a garantia de outras eleições, e a vinda de recursos federais, para os estados afetados pelas secas, bem como conseqüentemente para aqueles políticos regionais e das pequenas cidades.

Furtado fala ainda a respeito dessas ações governamentais de curto prazo:

Com efeito: a política tradicional do Governo induz muitos fazendeiros a dispensar uma fração maior de seus moradores, durante a sêca, do que seria o caso temessem uma emigração permanente da população, pois estão seguros de que esses moradores conservam suas famílias dentro da propriedade, enquanto trabalhavam para o Governo, nas circunvizinhanças. (FURTADO, 1959, pág. 69)

As pequenas obras do governo, em tempos de seca, eram na verdade uma medida estratégica de evitar que, aqueles sertanejos fossem até as capitais e, provocassem transtornos as autoridades locais, como muito se presenciou antes dos anos de 1950 e mesmo ainda durante esses, as diversas invasões e problemas que junto com os retirantes chagavam as cidades mais úmidas e capitais, centros dos poderes constituídos dos Estados afetados pelas secas.

Porém se percebe o grande interesse e vantagens que as autoridades barganhavam com tais empreendimentos, vale ressaltar que, essas autoridades muitas vezes também eram grandes fazendeiros, e ou, tinham aliados políticos nessas zonas mais castigadas, servindo como bem disse de uma troca de obras publicas por troca de apoio político, que consiste é claro num clientelismo.

É o que bem mostra furtado:

Se observarmos a economia da região semi-árida em suas três camadas antes referidas, comprovamos que o efeito mais importante da política de açudagem se faz sentir, na terceira delas, isto é, no setor pecuário. O coeficiente de mortalidade do gado durante a sêca, é hoje em dia muito inferior ao de outras épocas [...]. No outro extremo, temos a produção de alimentos, que em quase nada se beneficia dos grandes investimentos realizados no represamento de águas [...]. Na medida em que tem contribuído para tornar mais rentável a pecuária, a açudagem também contribui para reter maior massa populacional na região. (FURTADO, 1959, pág. 70)

Vejamos, um discurso que se elabora, tendo como base o apoio de intelectuais, que de maneira ou de outra, fazem também parte desse cenário político, constituem como maneira de resolver a problemática desencadeada pelas secas, a técnica da açudagem, como sendo um grande avanço e de grande ajuda para os sertanejos que se viam, obrigados a deixarem suas casas e suas terras para buscarem a vida, nas cidades mais úmidas como bem referenciamos.

O próprio Eloy de Souza foi um desses intelectuais, ao lado de tantos outros como o próprio Osvaldo Lamartine, Felipe Guerra no RN, o Thomaz Pompeu no CE, entre outros tantos que lutavam na causa da açudagem, o Eloy de Souza vai dizer que os gastos em tempos de seca eram enormes, e a culpa estava na falta de água, falta esta propiciada pela não utilização de técnicas apropriadas de contenção destas, ele que defende os grandes depositários d'água, como sendo a solução do problema:

[...] Foi então que um estadista de imaginação, compreendendo a inutilidade da pequena açudagem como elemento defensivo das estiagens prolongadas, por espaço superior a dois anos, delineou e iniciou o vasto e custoso programa dos reservatórios colossais destinados a fertilizarem continuamente os seus vales improdutivos, hoje, apesar de ainda haver muito por fazer, calamidades iguais aquela não matariam sequer o excedente de três por cento do obituário normal. (SOUZA, 1983, pág. 23)

Era, segundo ele, preciso investir não mais, em pequenos açudes, visto que, não seriam esses pequenos açudes, o bastante para irrigar e garantir a água para os sertanejos em períodos de secas severas, que viessem a se prolongar por mais de um ano, de maneira ininterrupta. Era preciso investir na garantia de água, que era um dos maiores problemas da região, já que toda a água que caía sobre o solo do sertão evacuava-se por entre os rios indo em direção ao mar, e as autoridades não poderiam deixar que isso ocorresse.

Eloy de Souza ainda confere caráter econômico ao açude, que diminuiria os gastos pelos estados afetados, na compra de comida, para manter o povo quieto, em períodos de escassez, garantindo o fluxo de produtos na região:

A seca ainda reinante espantou muitos milhares de conterrâneos. Dizimou os nossos rebanhos numa proporção alarmante. Matou lavouras. Impediu a cultura da terra e a produção de gêneros de primeira necessidade, o que nos obrigou a pagar aos Estados do Sul cento e trinta e dois milhões de cruzeiros pelos alimentos básicos da nossa alimentação regional; farinha de mandioca, arroz, feijão e charque. Essa quantia fabuloso drenada para outros Estados em 1950 e 1951, já se elevou a uma porcentagem não pequena, tão só com a entrada de mais de cem mil sacas de farinha de mandioca em janeiro último. (SOUZA, 1983, pág. 33-34)

Essa passagem do Eloy de Souza mostra o quanto se deu importância, a técnica da açudagem, como forma de resolução dos problemas que assolavam o sertanejo, sendo o objetivo principal, a irrigação, que estabilizaria a produtividade destes produtos de grande importância, e que garantiria o sertanejo nos seus lugares de origem, ou ao mesmo, bem próximos desses, evitando que esses não mais adentrassem ao meio urbano, contestando o poder das autoridades constituídas na administração pública.

Porém, não seria a pequena açudagem a solução, e sim os grandes depositários d'água, esses é que favoreceriam ao equilíbrio aquífero do Nordeste em tempos de secas prolongadas, garantindo a produção de grãos por meio da irrigação, propiciando ainda a produção de energia elétrica, com a instalação de turbinas nos açudes.

Vale ressaltar, que o que vimos anteriormente, não foi um discurso apenas defendido por intelectuais e políticos, mas que também engenheiros, aderiram a esta técnica como sendo de grande relevância para a região, dando para tanto, a garantia da

vida daqueles sertanejos, desamparados de qualquer meio de sobrevivência, ante os efeitos confluentes das secas prolongadas.

O professor Frederico de castro neves, que vai nos evidenciar, a pressão exercida neste espaço, e que provoca certa atenção das autoridades e comerciantes locais, fomentando a discussão, de obras que contivessem aqueles retirantes em seus lugares, na tentativa de evitar as invasões e os problemas provenientes destas:

As “marchas da fome”, seguidas de alguns atos de saques e pressões sobre comerciantes, normalmente surtem alguns efeitos imediatos. A proximidade com os governantes auxilia, certamente nesta compreensão de que o caminho político mais viável para os retirantes, nesta “negociação”, é a pressão direta da multidão. Como se viu nas exposições dos eventos de 1958, os grupos se dividem e discordam das estratégias a serem empregadas: uns aceitam os termos da negociação, outros procuram reiniciar as pressões sobre o comércio ou sobre os governantes. (NEVES, 2000, pág. 14)

Portanto, observamos que a postura dos retirantes, nos espaços compreendidos como centros do poder estadual, que era perigosa frente à administração daquelas autoridades, que acabaram incorporando essas atitudes, como elementos construtivos de um discurso que busca, junto ao governo federal, uma maneira de solucionar esse problema, que seria na sua ênfase, desencadeado pela seca, e sofrendo um aumento pela pouca produtividade do interior, que com a seca extermina as poucas reservas alimentícias desses sertanejos, bem como a falta de trabalho, já que a seca, também leva ao declínio da produtividade das fazendas, levando de maneira recíproca a acontecer sempre às mesmas ações, em períodos de calamidade pública provenientes das secas.

Furtado vai dizer que “Ora, uma crise que provoca cinqüenta por cento de desemprego em uma extensa região, cuja população não dispõe de qualquer reserva, tem necessariamente que assumir o caráter de grande calamidade social” (FURTADO, 1959).

Constituíam-se um estado de calamidade pública, pelo fato do nível de desemprego ser enorme, atingindo cerca de metade da população, evidenciando mais uma justificativa para as obras do governo federal no nordeste, bem como fazia jus a ajuda e suas valias, não se pode negar, que eram enormes as justificativas, sendo bastante embasadas, mas com o passar do tempo os verdadeiros beneficiados apareceram.

Fora evidenciada, no entanto, uma mudança nos resultados a se obter com a ajuda, quem passou a ser beneficiado, não foram os sertanejos, como se queria, ou se pensava, mas sim, a elite oligárquica foi a grande beneficiada, conseguindo manter, seus lucros, com a criação do gado, através do suporte dado pelos açudes, durante períodos de secas prolongadas. Talvez a ação do DNOCS, não tenha atendido diretamente aos sertanejos, mas a uma parte dessa população, servindo ainda mais à

elite, originando, por assim dizer, a indústria das secas, já que o benefício se dava a uma minoria que antes sentia e perdia economicamente com os efeitos das secas, e que agora estavam além dos ganhos nas obras, garantindo também apoio político.

O discurso então de manter o sertanejo no seu espaço de origem, não passava de uma maneira de garantir aquela mão de obra, a serviço das oligarquias, garantindo o bom funcionamento, das tarefas da fazenda, e da pecuária.

Para Furtado, a grande tática do governo era segurar o povo, nos seus lugares, evitando que a massa, invadisse e colocasse em perigo os espaços urbanos, bem como garantir a mão de obra, nos espaços interioranos, “A política tradicional do Govêrno, tem consistido em reter essa população o mais possível próxima a seus locais de trabalho, abrindo um certo número de frentes de obras públicas” (Furtado, 1959). Essas ações mexiam com o imaginário popular, pois, além de dar trabalho as vítimas da seca, propiciavam a proximidade de suas casas e famílias, garantindo conseqüentemente, votos.

Então, porque que, esta técnica termina por satisfazer uma pequena parcela dessa população?

Bem, ao que nos parece, é a açudagem mais uma forma de simplesmente se tirar vantagem, por parte dos políticos nordestinos, dos bens públicos, utilizando como ferramenta, para tanto, o discurso de um povo que sofre com a seca, se apoderando de números estatísticos que garantam a necessidade das obras, justificando assim o projeto, que teriam como finalidade, subsidiarem uma escapatória, que garanta a vida daqueles sertanejos desfavorecidos pela natureza.

Furtado ainda enumera outra arma utilizada como grande ancoradouro, na busca pela técnica da açudagem, que seria a tentativa de fortalecer a economia dos sertanejos, que era baseada na cultura de subsistência, diferindo da cultura empregada no litoral, que estava voltada mais para a exportação, sendo essa cultura sertaneja mais precária e fácil de ser abalada em tempos de secas “A irregularidade dessas precipitações põe em risco toda a produção da atividade econômica que está vulnerável a essa escassez de chuvas” (FURTADO: 1959), o que desestabilizava toda a organização econômica até então constituída, nas grandes fazendas, já que os sertanejos são meeiros dos fazendeiros, dividindo o espaço utilizado com suas culturas, com o gado, que gerava mais lucro para esses fazendeiros, e também com a cultura xerófila do algodão mocó.

A economia realmente era importante, porém a economia cogitada não foi a que seria realmente beneficiada com tais empreendimentos, os planos da elite eram outros,

reforçar sua economia, por meio dessas técnicas, instalando grandes reservatórios próximo de suas terras ou mesmo instalando-os nelas.

O próprio Furtado que foi membro idealizador da SUDENE e vai dizer que:

Se observarmos a economia da região semi-árida em suas três camadas antes referidas, comprovamos que o efeito mais importante da política da açudagem se faz sentir na terceira delas, isto é, no setor pecuário. O coeficiente de mortalidade do gado durante a sêca, é hoje em dia muito inferior ao de outras épocas. [...] No outro extremo, temos a produção de alimentos, que em quase nada se beneficiou dos grandes investimentos realizados no represamento de águas. [...] Na realidade em que tem contribuído para tornar mais rentável a pecuária, a açudagem também contribui para reter uma maior massa populacional na região. (FURTADO, 1959, pág. 70)

Sendo assim, podemos afirmar que, a açudagem garante barganhas políticas, além de fortalecer laços entre a oligarquia interiorana, junto a autoridades que administravam os respectivos estados aqui referenciados. O bem público é então direcionado, para fins privados, servindo ainda para assegurar a mão de obra necessária, bem como os votos necessários para garantir eleições futuras e a continuidade da vinda de recursos para manter, por assim dizer, a tranquilidade dessas autoridades, enquanto a ações de sertanejos que por vezes passavam a serem, empecilhos que desgastavam sua imagens enquanto administradores públicos.

Forjando um discurso, muito bem elaborado, defendido por intelectuais, que há muito já procuravam uma maneira de resolução do problema das secas, e que viam na açudagem esta possibilidade, que ao mesmo tempo serve para satisfazer necessidades e dar garantias a esses políticos.

Porém, há ainda muito a se atribuir nesta perspectiva, tendo em vista que a relação destas personagens é bastante intuitiva. É preciso continuar na busca por elementos que arregimentem ainda mais, tais afirmativas que nestas linhas procuramos discutir. É de grande estima ainda focar com atenção a posição destes intelectuais que, de maneira ou de outra, talvez tenham tido uma maior participação nestas batalhas pelos açudes, não se passando apenas como produtores de discursos empíricos, mas imaginando os mesmos como personagens interessados em algo mais, observar a participação política dos sertanejos retirantes, que também fizeram por onde esta técnica tornar-se realidade.

Esta pesquisa ainda faz-se, continua em meio ao vasto acervo da Coleção Mossoroense, no que diz respeito às secas, acervo que merece ser desdenhado e que, possibilitará a desenvoltura de possíveis respostas ou novas inquietações para este



trabalho, bem como para qualquer outro que tenha como foco as secas e a política desenvolvida no nordeste durante esses tempos de aflição para o sertanejo.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado para o V Encontro Estadual de História do Rio Grande do Norte ANPUH - RN

<sup>2</sup> Esta fala foi adaptada de um pronunciamento do Eng. Flávio Viera, membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

<sup>3</sup> Esta área é considerada como polígono das secas, por ser afetada diretamente pelos efeitos das secas e compreender as regiões dos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo estes três últimos estados, os mais afetados por esse problema da falta de chuvas regulares e do tempo ocioso sem precipitações.

<sup>4</sup> Para evitar, uma leitura cansativa, pelo desgaste oriundo das interrupções proporcionadas, pelo uso do (sic), em referência a discordância das grafias ultrapassadas dos documentos, com o português atual, procuramos evitar a exaustão da colocação deste, o que não irá de maneira alguma, desmerecer a qualidade do trabalho.

## Referencias Bibliográficas:

AB'SABER, Nacib Aziz. Dossiê Nordeste Seco, Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.36, pp. 7-59. ISSN 0103-4014. Ver no link: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a02.pdf>.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ARARIPE, Alencar. Pronunciamento a câmara federal em 27 de junho de 1877, 18º Livro das secas, ARANHA, Teresa (Seleção e Organização). Secretaria de Projetos Especiais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Coleção Mossoroense, Série "C", Vol. CDXLI 1989.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão*: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

BERRÊDO, Vinícius, conferência realizada, em 8 de fevereiro de 1950, no Instituto de Engenharia de São Paulo, ROSADO, Vingt-un, ROSADO, América, seleção e organização, 8º Livro das Secas. Editora universitária UFRN, Coleção Mossoroense. Série "C", vol. CCXLII. 1986.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Trabalho apresentado no simpósio sobre "Nation-Building in Latin America: Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century", em homenagem a Raymond Buve, Leiden, Holanda, 20-21 de abril de 1995. Dados vol. 40 no. Rio de Janeiro 1997. Ver link: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext&tlng=en)

CUNHA, Egberto Carneiro da. Construção dos Açudes Públicos "Coremas" e "Mãe D'água", (1952), Coleção Mossoroense. Série "B", vol.1006, Mossoró, 1991.

DUQUE, José Guimarães, Perspectivas nordestinas, 2ª Edição. Fundação Guimarães Duque. Fundação Vingt – Un Rosado, Coleção Mossoroense. Série "C" Vol. 1234. Setembro de 2001.

FILHO, Joaquim Inácio de Carvalho. Discurso pronunciado a 11/07/1935. Rio de Janeiro, Tipografia do jornal do comércio, 1936. A lei das Secas e Outros Temas, pág. Coleção Mossoroense Série "C", Vol. CCLXII 1982.

FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Ministério do Interior Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Assessoria Técnica. 2ª edição. Recife, 1967.

GUERRA, Felipe. Importância Social e Econômica do Açude. GUERRA, Otto (Seleção e organização). 20º Livro das secas 2ª Edição, Coleção Mossoroense, Série "C", Vol. CDLXXII 1989.

GURGEL, José Jarbas Studart. OLIVEIRA, Adbeel Goes de. Efeitos da Introdução de Peixes e Crustáceos no semiárido do Nordeste Brasileiro, Coleção Mossoroense. Série "B", vol. 453, Mossoró, 1987.

MENDES, Benedito Vasconcelos. Reflexões Sobre o Nordeste, Coleção Mossoroense, Série "C" vol.1358, maio de 2003.

NEVES, Frederico de Castro: A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará (Relume Dumará, 2000).

ROSADO, Vingt- Un, ROSADO, América (Seleção e organização). 10º Livro das Secas, Editora Universitária UFRN, Coleção Mossoroense. Série "C", vol. CCCIV, Mossoró, 1985.

ROSADO, Vingt- Un, ROSADO, América (Seleção e organização). 12º Livro das Secas, Editora Universitária UFRN, Coleção Mossoroense. Série "C", vol. CCCVI, Mossoró, 1985.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. História das Secas (Século XX). Assembleia Legislativa do rio Grande do Norte, Fundação Guimarães Duque, Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Coleção Mossoroense, Série "C" Vol. CCXXVI 1982.

SOUZA, Eloy de. O Calvário das Secas. 3ª edição – Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília INL: Natal: Fundação José Augusto, 1983.

PEREIRA, Francisco das Chagas. Jorge Fernandes e a Seca 1984, Coleção Mossoroense. Série "B", vol.1010, Mossoró, 1991.

TALTASSE, Pierre. STRETTA, Etienne. Os Problemas Hidro geológicos do polígono das secas 1ª Edição 1959, Coleção Mossoroense. Série "B", vol. 719, Mossoró, 1990.